ZH ZERO HORA

Publicado em 13/01/2023 - 05:54

Haddad anuncia primeiras medidas com foco na diminuição do rombo

Pacote busca reduzir rombo de contas

Medidas preveem novo programa de parcelamento de dívidas e volta da cobrança de impostos sobre a gasolina, entre outras

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem medidas de ajuste fiscal para diminuir o rombo nas contas do governo, previsto no orçamento em R$ 231,55 bilhões, o equivalente a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), para um déficit em torno de 0,5% a 1% do PIB.

O ministério divulgou apresentação em que as iniciativas poderiam, na verdade, levar até a um superávit de R$ 11,3 bilhões. Mas também houve cautela.

– Algumas medidas podem frustrar. Tem uma série de coisas que, em virtude da desorganização do processos administrativos ao longo dos últimos quatro anos, fica difícil prever. Não quero vender aquilo que pode ser difícil entregar, não quero frustrar. Outra coisa que não controlo é a reação do Banco Central – afirmou Haddad.

– Agora, um déficit (*primário, ou seja, sem os juros*) menor de 1% do PIB eu consigo entregar – acrescentou, estimando rombo na faixa de R$ 90 bilhões a R$ 100 bilhões.

Presenças

O pacote prevê medidas para aumentar a arrecadação, entre elas a volta da cobrança de impostos federais sobre a gasolina, além da redução de despesas em 2023 e de um programa de refinanciamento tributário, chamado Litígio Zero. Do total de R$ 242,68 bilhões em projeções, R$ 192,68 bilhões viriam pela arrecadação e R$ 50 bilhões pelo corte de gastos. Porém, os dados foram pouco detalhados.

Além de Haddad, o anúncio teve a presença das ministras do Planejamento, Simone Tebet, e da Gestão, Esther Dweck, e dos secretários do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e da Receita Federal, Robison Barreirinhas.

O plano inclui decretos presidenciais, portarias e medidas provisórias que têm vigência imediata, mas precisam do aval do Congresso Nacional para continuar valendo de forma definitiva. As medidas foram assinadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto.

– Que comecemos o primeiro de muitos programas de reestruturação fiscal – disse Tebet, logo após Haddad apresentar as medidas.

– É um novo governo que irá fazer novas políticas públicas – emendou Dweck.

O Litígio Zero será focado em renegociar dívidas de pessoas físicas e de empresas com descontos, semelhante com o antigo Programa de Recuperação Fiscal, chamado de Refis, também lançado em gestões do PT. Com a iniciativa, pessoas físicas e micro e pequenas empresas com dívidas abaixo de 60 salários mínimos poderão obter descontos de 40% a 50% sobre o total do débito, com prazo de até 12 meses para pagar.

Para empresas que devem mais de 60 mínimos, haverá desconto de 100% sobre multas e juros e a possibilidade de usar prejuízos de anos anteriores para abater de 52% a 70% do débito. Segundo a Fazenda, isso incidirá apenas sobre dívidas consideradas irrecuperáveis e de difícil recuperação.

O programa prevê o fim do recurso de ofício para processos com valores abaixo de R$ 15 milhões. De acordo com a pasta, nesses casos, se o contribuinte vence na primeira instância, acaba definitivamente o litígio. A previsão é de que sejam extintos automaticamente quase mil processos no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), que envolvem quase R$ 6 bilhões.

O programa prevê ainda elevar o piso de acesso de processos ao Carf. Hoje, o corte é de 60 salários mínimos e a proposta é que processos de até mil salários mínimos sejam julgados definitivamente nas delegacias. Com a medida, a Fazenda espera redução de 70% dos processos que entram no tribunal tributário, mas que representam menos de 2% do valor total.

Segundo a apresentação, o estoque de processos administrativos no Carf vem oscilando em torno de 100 mil desde 2018. Já o valor do estoque subiu de cerca de R$ 600 bilhões entre dezembro de 2015 e dezembro de 2019 para mais de R$ 1 trilhão em outubro do ano passado, afirma a pasta.

Voto

Outra medida referente ao Carf é o retorno do voto de qualidade, que permite o desempate em julgamentos a favor do governo.

Haddad afirmou que a decisão sobre a desoneração de PIS/Cofins sobre combustíveis só será tomada após o indicado para a presidência da Petrobras, Jean Paul Prates, assumir o cargo. O ministro afirmou que o governo estima a receita de PIS/Cofins sobre combustíveis de acordo com a lei atual, mas que Lula pode reavaliar os prazos de redução dos impostos federais sobre esses produtos. No dia em que tomou posse, Lula editou medida provisória que prorrogou a desoneração da gasolina por 60 dias, e a do diesel até o final do ano.

VALTER CAMPANATO, AGÊNCIA BRASIL - DIVULGAÇÃO

Haddad estima redução de déficit para até 1% do PIB este ano

O cálculo

PROJEÇÕES DO GOVERNO FEDERAL PARA AS AÇÕES DE EQUILÍBRIO FISCAL PARA O ANO DE 2023 (EM R$)

Reestimativa de receitas	36 bi
Ações de receita permanente	83,28 bi
Aproveitamento de crédito do ICMS	30 bi
PIS e Cofins sobre receita financeira	4,4 bi
PIS e Cofins sobre combustíveis	28,88 bi
Efeito permanente do incentivo à redução da litigiosidade no Carf	15 bi
Efeito permanente do incentivo à denúncia espontânea	5 bi
Ações de receitas extraordinárias	73 bi
Incentivo extraordinário à redução da litigiosidade no Carf	35 bi
Incentivo extraordinário à denúncia espontânea	15 bi
Receitas primárias com ativos do PIS/Pasep	23 bi
Ações de redução de despesas	50 bi
Efeito permanente da revisão de contratos e programas	25 bi
Autorização de execução inferior ao autorizado no orçamento	25 bi
Total	242,68 bi
Déficit previsto no orçamento aprovado para 2023	231,55 bi
Projeção de superávit ao fim do ano	11,13 bi

Fonte: Ministério da Fazenda

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Orçamento federal **Pagina:** 11

Copyright © Clipclap 2025.